

QUADRO II

Grupo XV — Pessoal oficial

(EMFA, COMRA 1 e direcções de serviço)

Categorias e classes	Designação dos subgrupos					Soma
	Serralharia	Mecânica auto	Electricidade	Construção civil	Carpintaria	
Mestres	-	-	-	-	-	(a) 3
Contramestres	4	4	1	2	-	11
Operadores	4	4	1	1	-	10
Operários especiais	3	2	2	1	-	6
Operários de 1.ª classe	2	2	1	1	-	4
Operários de 2.ª classe	1	1	1	1	-	1
Operários de 3.ª classe	1	-	-	-	-	1
Aprendizes	1	1	-	-	-	2

(a) De qualquer subgrupo.

QUADRO III

Grupo XV — Pessoal oficial

(Unidades da Força Aérea)

Categorias e classes	Designação dos subgrupos										Soma
	Serra-lharia	Mecâ-nica auto	Electri-cidade	Constru-ção civil	Carpin-taria	Pintura	Equipa-mento de voo	Estofos	Estação de serviço	Lava-ria	
Mestres	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	-	-	-	-	-	(a) 15
Contramestres	7	7	6	6	7	4	3	-	-	-	40
Operadores	6	6	5	5	6	3	2	-	-	-	33
Operários especiais	10	10	9	10	10	6	4	6	-	-	65
Operários de 1.ª classe	11	11	10	9	10	13	3	7	13	13	100
Operários de 2.ª classe	12	12	11	12	11	9	3	7	13	13	103
Operários de 3.ª classe	7	7	7	7	7	7	3	6	13	13	77
Aprendizes	12	12	10	10	10	10	-	-	-	-	64

(a) De qualquer subgrupo indicado.

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, José Alberto Moraes da Silva, general.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Resolução do Conselho de Ministros

1. Por resolução do Conselho de Ministros de 12 de Junho de 1975, publicada no *Diário do Governo*, de 24 do mesmo mês, foi nomeada uma comissão administrativa para Martins & Rebello, L.^{da}, que actuaria através da Junta Nacional dos Produtos Pequários.

1.1. Ultrapassada a data prevista para a cessação das respectivas funções, continua a revelar-se necessária a manutenção da intervenção estatal, surgindo concomitantemente a necessidade de designar nova comissão administrativa.

2. Nestas condições, e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro, o Conselho de Ministros resolve:

2.1. Demitir a comissão administrativa em exercício, sem prejuízo de os membros que a constituíam não serem considerados libertos da sua responsabilidade para com a sociedade e o Estado, considerando-se automaticamente demitidos os eleitos directivos das empresas dominadas financeiramente por Martins & Rebello, L.^{da}, que, por sua proposta, hajam sido nomeados.

2.2. Nomear nova comissão administrativa, com a seguinte constituição:

Dr. António Francisco Paulo de Araújo;
António Vitor de Campos Martins;
José de Almeida Quintas;
Manuel Ferreira Quental;

Engenheiro Jacinto da Câmara Soares de Albergaria;
Vítor José Pereira Moya;
Manuel Gomes de Castro;
João Pedro Catela da Silva;
António Cardoso Rebelo;
Um representante a designar pelo Ministério das Finanças.

2.3. Conferir à referida comissão, que actuará no âmbito do Ministério do Comércio Interno, os poderes consignados no n.º 3 do artigo 4.º do citado Decreto-Lei n.º 660/74.

Além do exercício das funções normais de gestão e administração, à comissão administrativa são atribuídos poderes para:

- a) Apresentar proposta de solução global dos problemas da empresa, apresentando, no prazo máximo de noventa dias, propostas de medidas a adoptar quanto a:

Órgãos de gestão da empresa;
Articulação das diversas unidades da empresa e destas com as empresas associadas;
Garantia do abastecimento da matéria-prima;
Eventuais medidas de reconversão da empresa que permitam a completa utilização do equipamento disponível, a manutenção dos postos de trabalho e o seu possível aumento;

- b) Propor a indicação de novos elencos directivos para as empresas dominadas financeiramente por Martins & Rebelo, L.^{da};
 - c) Proceder à readmissão imediata dos trabalhadores despedidos sem justa causa que assim o desejarem.

Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Janeiro de 1976. — O Primeiro-Ministro, *José Baptista Pinheiro de Azevedo*.

Secretaria-Geral

Declara-se, para os devidos efeitos, que entre o original arquivado nesta Secretaria-Geral e o texto do Decreto-Lei n.º 25-A/76, publicado no suplemento ao *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro, existem as seguintes divergências, que assim se rectificam:

No artigo 6.º, n.º 3, onde se lê: «... a indicar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em Macau.», deve ler-se: «... a indicar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e em Macau, segundo regime a definir por lei especial».

No artigo 19.º, n.º 3, onde se lê: «... por editais a fixar nas embaixadas, consulados de carreira ...», deve ler-se: «... por editais a fixar nas embaixadas, consulados de carreira. »

No artigo 49.º, onde se lê: «... quanto ao estrangeiro e a território ultramarino ainda sob administração portuguesa.», deve ler-se: «... quanto ao estrangeiro e a Macau »

No artigo 21.^º consta o n.^º 6 com a seguinte redacção:

Quando a apresentação do verbete e do duplicado, se exigido, não for feita pelo próprio, mas por apresentante, no uso da faculdade prevista no n.º 3 do artigo 4.º, deverá o apresentante assiná-lo, também, identificando-se com o seu bilhete de identidade.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 29 de Janeiro de 1976. — O Secretário-Geral,
Manuel Roque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Direccão-Geral das Contribuições e Impostos

Gabinete do Director-Geral

Declarac o 

Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 45104, de 1 de Julho de 1963, se publicam os modelos de impressos a que fazem referência os artigos 176.º, § 3.º, 182.º e 220.º, § 3.º, do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, aprovados por despacho de 23 do corrente mês.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 26 de Janeiro de 1976. — O Director-Geral, *Francisco Rodrigues Pardal*.

Bilhete de identidade n.º _____ de _____/____/____ **O Contribuinte (d)**
do Arquivo _____

(a) Cabendo ao declarante apenas o direito a uma parte do rendimento do prédio, indicar a fração e o correspondente valor locativo.
(b) E de incluir o valor locativo dos prédios hranos.

(c) Se o prédio estiver inscrito em nome do titular do direito ao rendimento basta indicar "declarante".

(d) A assinatura do contribuinte deve ser anexada com o bilhete de identidade, cujo número e data se deve constar da declaração. Não deve ser necessária a menção ao nome do substituto de declaração, cuja assinatura deve igualmente ser anexada ao respectivo bilhete de identidade.